

R A Í Z E S



R A Í Z E S



F O T O G R A F I A

Adriano Gambarini

R A Í Z E S

1ª edição

Realização



Patrocínio



Operação Amazônia Nativa – OPAN
Cuiabá – MT – Brasil, 2019









SUMÁRIO

Introdução

Texto do Autor

PAUMARI

JAMAMADI

APURINÃ

DENI

Maruzava Kuniva Deni faz contagem do pirarucu a partir da observação da emersão dos peixes para respirar.









INTRODUÇÃO

O PROJETO RAÍZES DO PURUS, PATROCINADO PELA PETROBRAS POR MEIO DO PROGRAMA PETROBRAS Socioambiental, se insere num percurso histórico do trabalho da OPAN junto a povos indígenas das regiões sul e sudoeste do Amazonas desde a década de 70. Este projeto vem apoiando as populações envolvidas na elaboração e na implementação de seus planos de gestão territorial, contribuindo significativamente para a melhoria de qualidade de vida dessas populações em regiões distantes e por vezes esquecidas no interior da Amazônia.

Submetidos em contextos de exploração, sobretudo com os ciclos da borracha, os povos indígenas da Amazônia vêm buscando seu fortalecimento a partir da união, da luta pela demarcação de suas terras, de relações menos desiguais, construindo a cada dia processos mais eficientes de gestão territorial e ambiental de suas áreas.

Neste contexto, o projeto Raízes do Purus, desenvolvido pela OPAN entre 2013 e 2015, agora conclui mais uma etapa de 2018 a 2019, proporcionando, junto aos povos, mudanças importantes que podem ser acompanhadas nas imagens de Adriano Gambarini, um fotógrafo excepcional que sabe buscar a luz em cada canto da floresta para iluminar as populações e sua maneira de viver.

Este livro apresenta fatos históricos da proteção das terras dos Paumari, Jamamadi e Apurinã, da bacia do rio Purus, e do povo Deni do rio Xeruã, afluente do rio Juruá. Em suas terras conservadas, a partir de atividades de vigilância territorial e manejando produtos da sociobiodiversidade, vemos a fartura de frutas, pesca e roçado, mostrando claramente que ali a palavra sustentabilidade faz todo o sentido.

Desejamos que esta publicação contribua para a ascendente melhoria de qualidade de vida dos povos Paumari, Jamamadi, Apurinã e Deni e que suas experiências sejam vistas e conhecidas por outras sociedades para que ganhem com isso o respeito que merecem.

Boa leitura!

Equipe Raízes do Purus - OPAN









POR TRÁS DAS LENTES

Adriano Gambarini

ÍNDIOS NÃO SÃO APENAS OS POVOS ORIGINAIS DESTA PAÍS. ESTAS COMUNIDADES QUE CARREGAM A aura de serem os Povos da Floresta, de pensarem coletivamente, ainda trazem a centelha do que é mais primordial na vida: *Ser humano*. E talvez seja justamente esta essência que admiro em suas tradições, diferentes para cada etnia e cada história.

Meu primeiro trabalho com a equipe da OPAN foi com o povo Xavante de Marãiwatésédé, quase uma década atrás. Após este intenso batismo, outros povos do Cerrado e das florestas surgiram lentamente ante meus olhos que, apesar de curiosos, não se permitiam ir além do que comigo era compartilhado. Respeito é o alicerce da confiança.

No Projeto Raízes do Purus, descobri sobre a destreza pesqueira dos Paumari. Nos igapós da Terra dos Jamamadi, encontrei a força teimosa de um povo em manter suas ancestrais tradições. Nos Apurinã me alimentei da simpatia acolhedora regado a beiju e doces abacaxis. E lá nos Deni, na barranca do Rio Xeruã, fui acolhido pela enorme bondade deste pequeno povo.

O fascínio por estas sociedades tradicionais aumenta à medida que me aprofundo em suas rotinas cuidadosamente simples, às vezes incompreensível para o intelecto, mas translúcidas para os sentimentos. Criei raízes de amizades com os indigenistas que dedicam suas vidas às vidas destes povos, caminhei em trilhas invisíveis e naveguei em canoas na maior floresta tropical do mundo. Comi do peixe moqueado, da farinha crocante, do açai verdadeiro. Vi mãos rápidas transformarem palha em delicados artesanatos. Aprendi sobre a seiva que cura das árvores, vivenciei danças e rituais na escuridão misteriosa da madrugada.

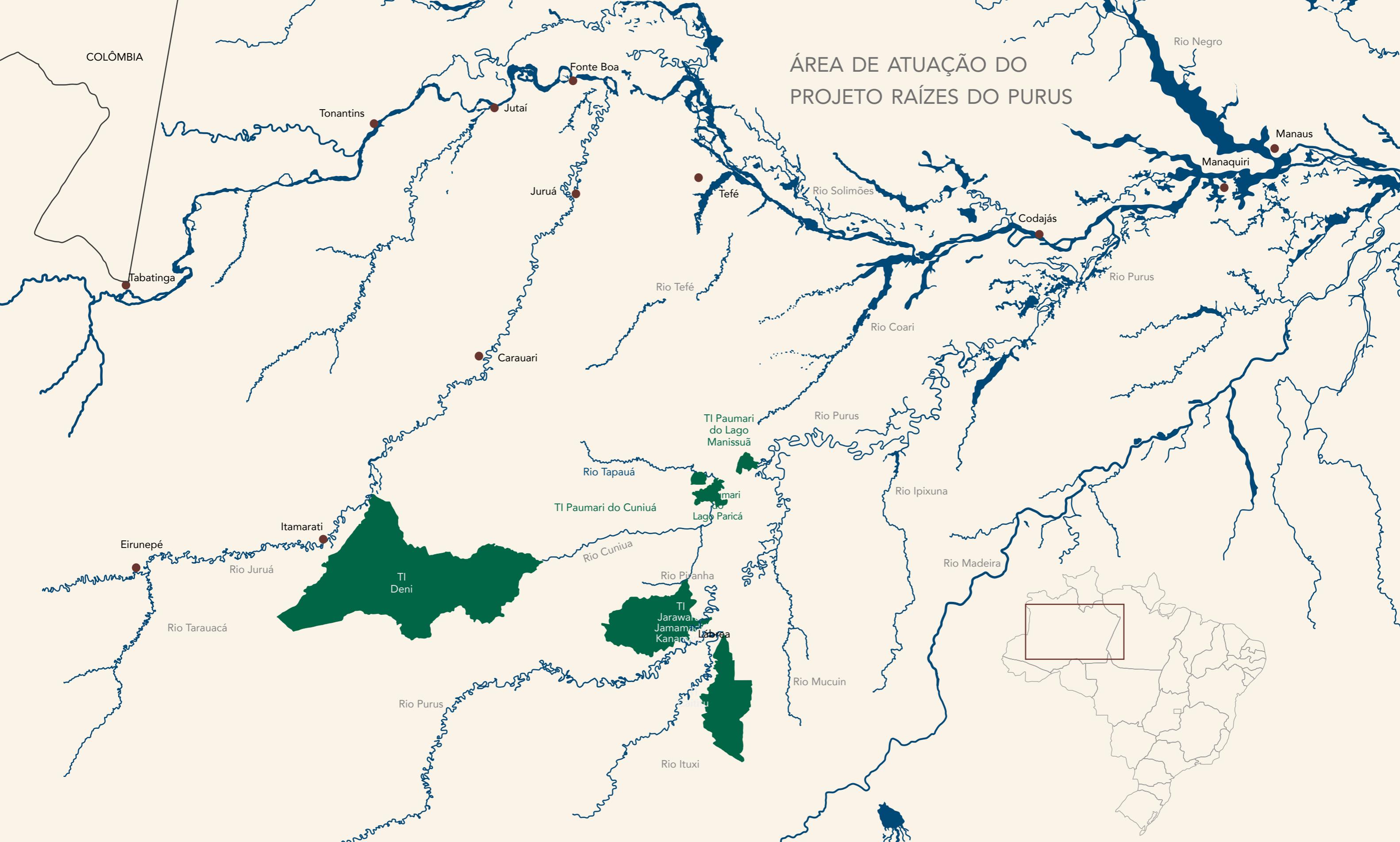
Meu desejo maior é que as mãos que agora folheiam este livro possam acariciar todos os rostos das crianças que sorriem nestas páginas, que os olhos passem nas histórias impressas nas fotos, e que os corações possam se purificar de pré-conceitos e imergirem na cultura e tradições destes fantásticos povos.







ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO RAÍZES DO PURUS



COLÔMBIA

Rio Negro

Fonte Boa

Tonantins

Jutai

Manaus

Manaquiri

Juruá

Tefé

Rio Solimões

Codajás

Rio Purus

Tabatinga

Rio Tefé

Rio Coari

Carauari

TI Paumari do Lago Manissuá

Rio Purus

Rio Tapauá

Imari

Lago Paricá

TI Paumari do Cuniuá

Eirunepé

Itamarati

Rio Juruá

TI Deni

Rio Cuniuá

Rio Piranha

TI Jarawa

Jamama

Kanama

Labrea

Rio Madeira

Rio Tarauacá

Rio Purus

Rio Ituxi

Rio Mucuin





PAUMARI



PAUMARI

O POVO INDÍGENA PAUMARI DO RIO TAPAUÁ, NA BACIA DO PURUS, REGIÃO SUL DO AMAZONAS, vivenciou por mais de um século os sistemas de comércio informais, em que, sem ter benefícios justos, forneciam e facilitavam a exploração de pescado da região onde vivem historicamente para centros urbanos do estado. Buscando ter mais segurança e qualidade de vida, na última década este povo vem trabalhando intensamente os processos de gestão territorial. Com o manejo do pirarucu, alcançaram resultados surpreendentes, que superaram a expectativa de parceiros e dos próprios indígenas.

Em 1998 foram demarcadas as terras indígenas Paumari do rio Tapauá. Já na primeira década dos anos 2000, os indígenas começaram ações de proteção e defesa do território por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

Nos anos seguintes, a partir de 2009, o povo Paumari das Terras Indígenas Paumari do Lago Manissuã, do Lago Paricá e Cuniuá, deu início à elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e ao manejo de pirarucu, atividade que tem como pré-requisito a conservação ambiental, sendo necessária para tal a organização da comunidade.

Com poucos peixes nos lagos, os Paumari decidiram ficar cinco anos sem permitir a pesca de pirarucu a comerciantes externos, entre eles barcos pesqueiros, nas terras indígenas do Tapauá. Nos anos seguintes, fortaleceram a vigilância territorial, conseguindo um aumento exponencial no estoque de peixes. Anos depois, em 2013 realizaram sua primeira pesca manejada de 50 pirarucus, com cota autorizada pelo órgão ambiental, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e anuência da Fundação

Nacional do Índio (Funai). Em 2018, mantendo uma cota de cerca de 20% do estoque adulto, passaram a mais de 500 peixes, totalizando 30 toneladas.

Com esta atividade, o povo Paumari transformou a gestão territorial e a qualidade de suas vidas do ponto de vista social, ecológico, ambiental e econômico. Hoje estão livres dos arrendamentos dos lagos e mantêm relações mais justas de comércio. Além disso tudo, verificam também aumento de peixes para sua alimentação não apenas do estoque de pirarucu, mas também de tambaqui, matrinxã, jaraqui e outras espécies.

Graças à organização do povo e às parcerias com organizações governamentais e não governamentais houve um conjunto de benefícios aos Paumari. Hoje o trabalho é reconhecido e eles são mais respeitados pela população do entorno das terras indígenas. A experiência que construíram já está até mesmo sendo aproveitada por outros povos manejadores. Isso tudo não é por acaso, já que os Paumari são o povo das águas.

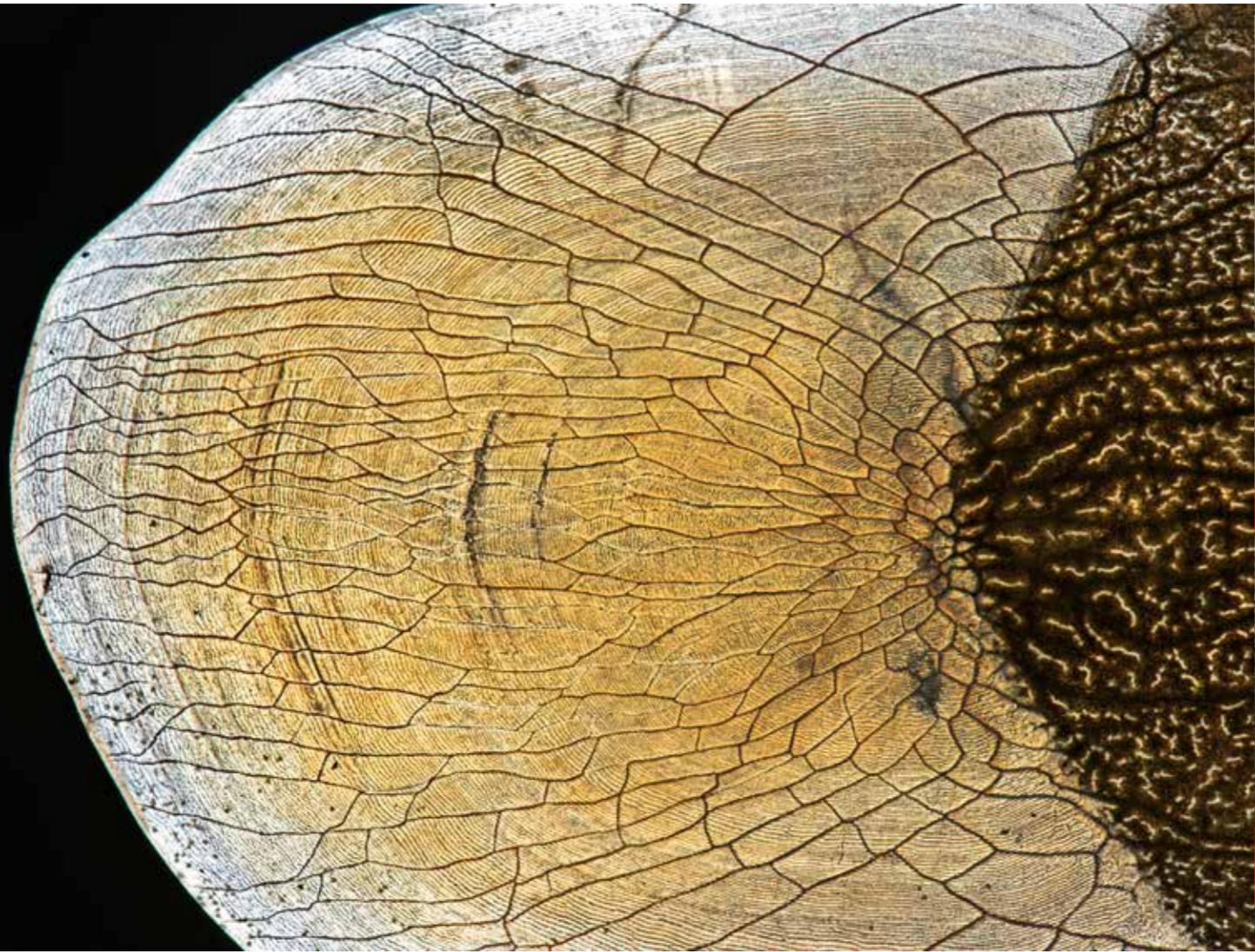
André Cassiano Paumari com olhar atento durante a pesca manejada de pirarucu. Nas páginas seguintes, momentos da pesca, transporte e tratamento de um dos maiores peixes de rio do mundo.

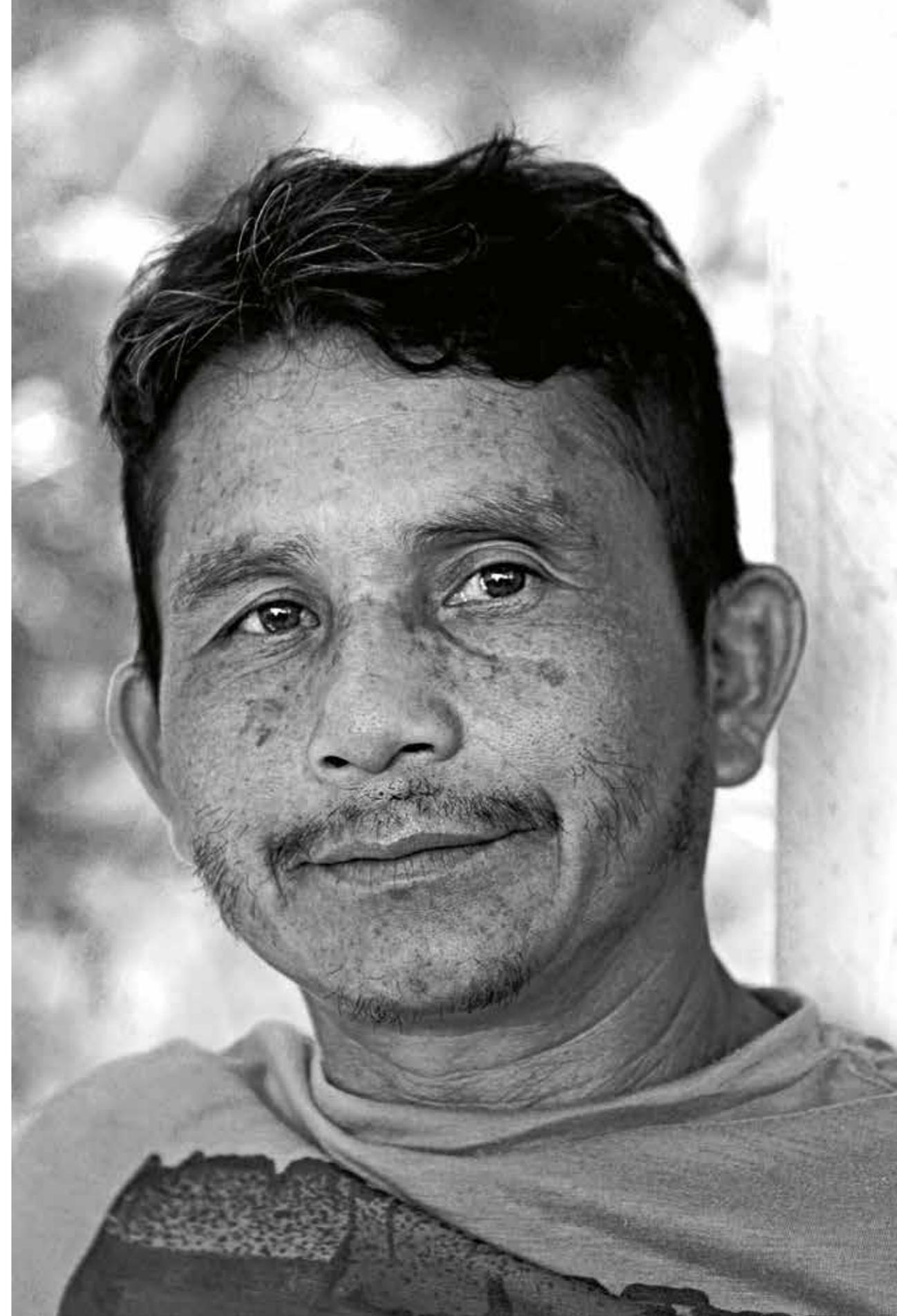






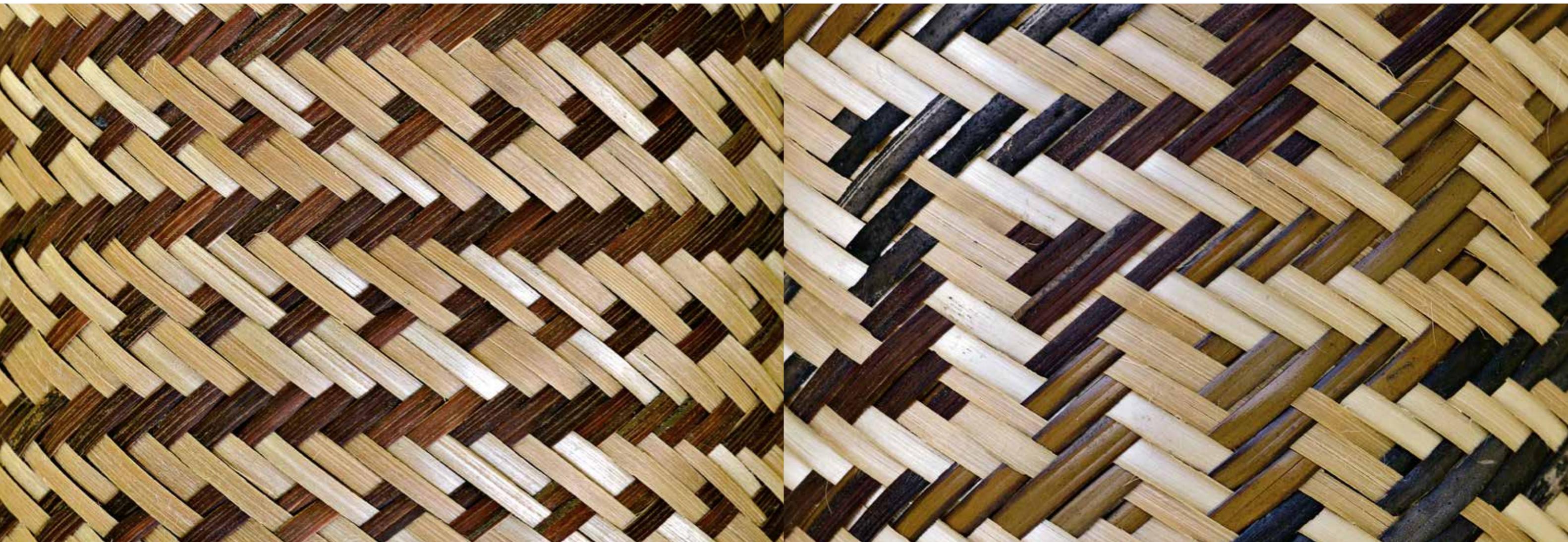






Na dupla anterior, à esquerda, detalhe das nervuras de uma escama, que pode chegar a sete centímetros de largura e à direita, a textura das escamas.
Acima, detalhe da cabeça do pirarucu.
Ao lado, José Lino Paumari, importante referência no manejo do peixe.





O artesanato é uma atividade realizada cotidianamente pelas mulheres Paumari. Com facilidade produzem paneiros, cestos e esteiras desenhadas a partir de diferentes grafismos.





Germano Paumari, liderança que apostou desde o início na ideia do manejo de pirarucu realizado hoje até pelos mais jovens. Ao lado, Margarida Paumari, coordenadora do grupo das mulheres manejadoras responsáveis pelo preparo da comida durante a pesca.







Francisco da Silva de Oliveira Paumari com arpão usado tradicionalmente por diversos povos da Amazônia.



Pescador Paumari segura a ponta do arpão para trançar a linha-guia.
Ao lado, colar com escama de pirarucu.





JAMAMADI

59



Cacique Bada Jamamadi

JAMAMADI

A TERRA INDÍGENA JARAWARA/JAMAMADI/KANAMANTI ESTÁ LOCALIZADA À MARGEM ESQUERDA DO rio Purus, nos municípios de Lábrea e Tapauá. Faz divisa com as terras indígenas Hi-Merimã, Banawá e com a Resex Médio Purus. Algumas pessoas jamamadi são apontadas também como descendentes dos Hi-Merimã, povo isolado da terra vizinha que os Jamamadi ajudam a proteger.

Como ocorreu com diversos povos, a relação dos Jamamadi com os não indígenas foi marcada pela violência, por epidemias e exploração do trabalho, o que quase exterminou todo o povo.

Buscando se proteger, foram morar em terra firme, mais afastados dos rios. Em 1998 conseguiram a demarcação da terra e hoje eles também já têm publicado seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial, com acordos coletivos sobre o uso de recursos (compartilhados com o povo Jarawara) e o que pretendem conquistar para melhoria da qualidade de vida. O etnomapeamento desta área mostra o quanto este povo conhece e faz uso do seu território.

O povo Jamamadi sempre teve grandes roçados que aprenderam a fazer com os antigos. Eles contam que foi o espírito Inamadi quem ensinou a praticar a agricultura. “Quando um pajé subiu ao céu, ele pediu sementes e mudas de todos os tipos de plantações: milho, tabaco, taioba, tingui, mandioca, macaxeira, banana, batata, cará, abacaxi e pupunha”. Foi ao pajé que Inamadi ensinou o plantio dos roçados.

A partir da mandioca, faziam massa, grolado e beiju. Depois, incorporaram a produção de farinha a partir do contato com os não indígenas. Com o povo Wayafi conheceram o tipiti e com não indígenas, a peneira, instrumentos que utilizam para a produção. Agora eles

querem não apenas usar esses instrumentos mas buscam outras formas de fazer farinha e estão aprimorando ainda mais este produto.

O povo Jamamadi, que é formado por vários grupos, realiza muitas atividades em sua terra. São bastante reconhecidos pelo artesanato com cipó titica e talos de arumã. Sempre comercializam alguns cestos quando vão à cidade de Lábrea, onde têm maior contato com outros povos e a população em geral.

O povo Jamamadi também se destaca pela extração de óleo de copaíba por meio de boas práticas, produzindo mais de duas toneladas por ano deste óleo, muito importante para tratamento de saúde, principalmente pelos seus efeitos cicatrizantes e anti-inflamatórios. Eles também gostam muito de caçar e fazer o rapé, um dos símbolos de sua cultura.

Na página seguinte, Maria Rita Jamamadi fiando algodão para confecção de rede tradicional chamada de maqueira.







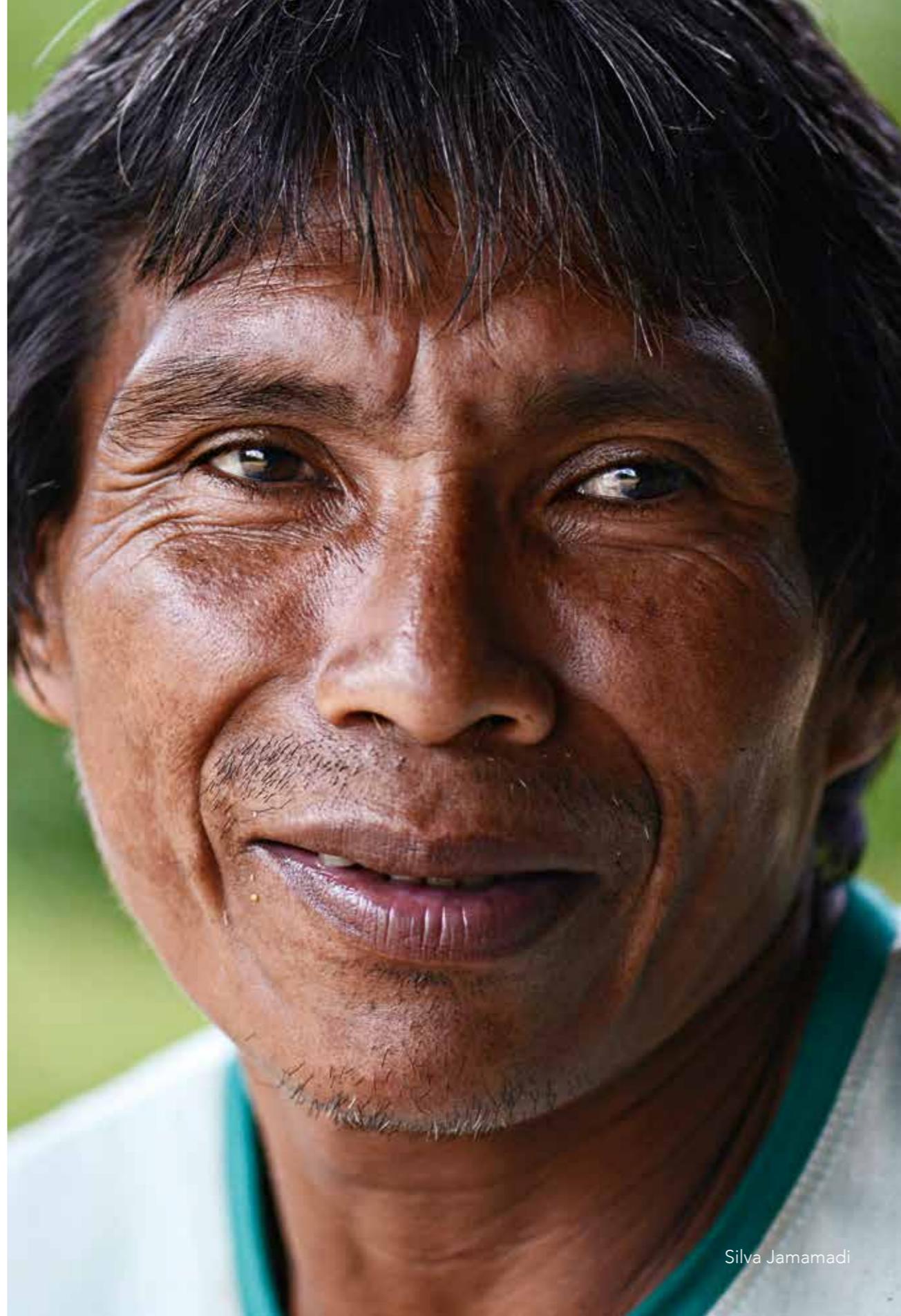




O peixe moqueado é o preparo tradicional da maioria dos povos indígenas. Nas páginas seguintes, casas típicas e processo de produção da farinha de mandioca.







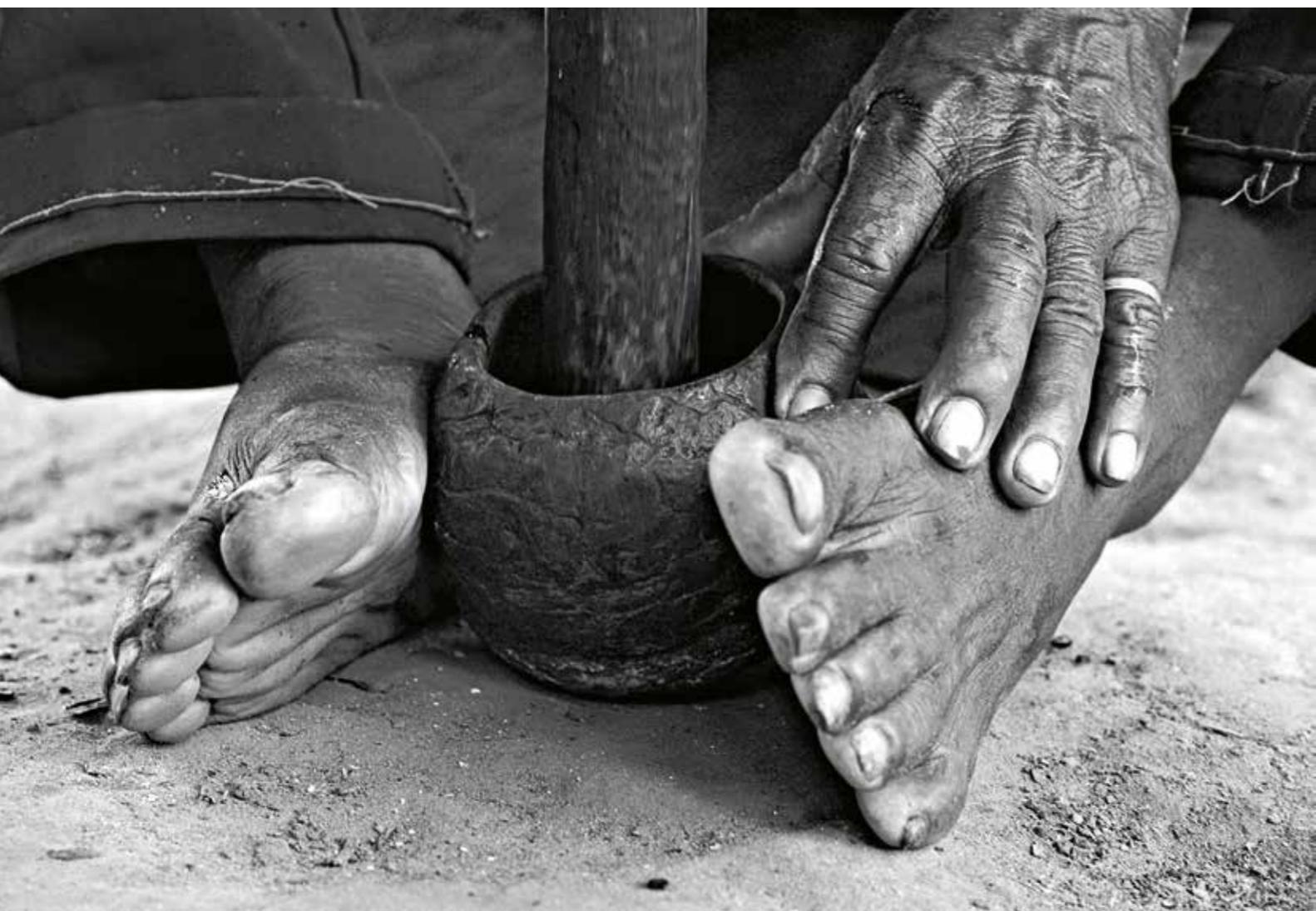
Silva Jamamadi







Por meio de boas práticas com o uso de trado, os Jamamadi fazem a extração de copaíba com a melhor qualidade, um óleo utilizado amplamente nos cuidados da saúde.



Saturnino Jamamadi pilando folha de tabaco para produção de rapé.







Neide Jamamadi produzindo cesto tradicional.
Bastante reconhecidos, os artesanatos Jamamadi
são bonitos e tem grande durabilidade.

$$\begin{array}{r} X2 \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r} X2 \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 15 \\ X3 \\ \hline \end{array}$$

০৩০

$$\begin{array}{r} X4 \\ \hline \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 15 \\ X2 \\ \hline \end{array}$$

০৫৫

$$\begin{array}{r} X2 \\ \hline \end{array}$$







APURINĂ



APURINÃ

O POVO APURINÃ VIVE EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS. EM LÁBREA MORAM PRINCIPALMENTE na Terra Indígena (TI) Caititu, a primeira a ser demarcada na região, em 1991, a partir da luta de importantes líderes de seu povo. Compartilham a terra com outros moradores de origem Paumari, Jarawara, Jamamadi, entre outros, que formam a população indígena mais diversa das terras indígenas do Médio Purus.

Um dos aspectos que mais chama a atenção e que determina as condições de vida na TI Caititu, é sua proximidade com a área urbana. O extremo norte da terra está localizado a apenas 1,5 Km do centro de Lábrea .

Esta parte da terra apresenta uma grande concentração de aldeias com alta densidade demográfica e escassez de recursos naturais. Já na porção sul há muitos recursos naturais em ambientes de menor população, em uma região de cabeceiras de igarapé, que faz limite com a Reserva Extrativista (Resex) Ituxi e com o Parque Nacional do Mapinguari, onde fica ainda a área Jacareúba/Katauxi, de indígenas isolados.

A forte relação com a cidade não altera o sentir identitário dos Apurinã da TI Caititu. Contudo, existem novas necessidades de melhorar as estruturas das aldeias e gerar renda, pois os modelos tradicionais de organização e produção sofrem alterações a partir da convivência com o contexto urbano.

Desde o contato com não indígenas – quando houve exploração, massacres e muitas outras violências nos ciclos da borracha, semelhante ao ocorrido com diversos povos do Amazonas – não houve produto a substituir a seringa e nenhuma economia se estabeleceu com igual força. No entanto, surgem agora atividades mais interessantes do ponto de vista econômico, político, social e cultural.



Maria Apurinã

Mais recentemente, os Apurinã vêm planejando o uso da terra de forma coletiva. Em 2013 os moradores da parte norte fizeram uma expedição ao Rio Pussiari, no limite sul da terra, e ficaram admirados com a fartura de carne, peixe e castanhais. A partir de então os Apurinã passaram a se mobilizar para explorar de forma sustentável os recursos. Problematizaram a exploração ilegal e fizeram etnomapeamento da terra. Hoje também têm como instrumento de sua gestão o “Diagnóstico da Terra Indígena Caititu” e seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial, construído junto com a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp).

Além da produção de farinha, de açaí e outros produtos em menor escala, os Apurinã se dedicam à coleta de castanha-do-Brasil e têm a cada ano melhorado o trabalho, o transporte e o armazenamento do produto, como resultado de oficinas de boas práticas de manejo. Agora, também devem avançar na gestão administrativa e financeira junto à Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu (APITC), por meio da qual têm conquistado melhorias estruturais importantes como a energia elétrica, água de poços artesianos e construção de estradas dentro da terra.

Há cinco anos o povo Apurinã começou a trabalhar com unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais (SAFs), optando por um modelo de agricultura saudável e diversificada, ao invés de plantio com agrotóxicos. A experiência começou em quatro aldeias, mas aos poucos está sendo replicada para várias outras comunidades. Quem começou o SAF em 2013 já tem colhido frutas e leguminosas como pequiá, biribá, goiaba, caju, açaí, abacaxi, banana, batatas, limão, laranja, mandioca, macaxeira e muitos outros alimentos e temperos, como urucum e gergelim. Mesmo as pessoas que iniciaram o processo somente há um ano já estão com o SAF bonito, com frutas maduras e as plantas crescendo rapidamente.

Com fartura e diversidade de alimentos, os Apurinã não precisam comprar muita comida na cidade. Além disso, o trabalho com os SAFs possibilitou experiências de intercâmbios com outros povos, como os Ashaninka, do Acre, oficinas junto ao agrônomo Henrique Souza, de uma antiga área de agrofloresta na Bahia, com o professor de agronomia Sebastião Pinheiro, além de aulas de campo com agricultores tradicionais do Brasil, Colômbia e Peru.









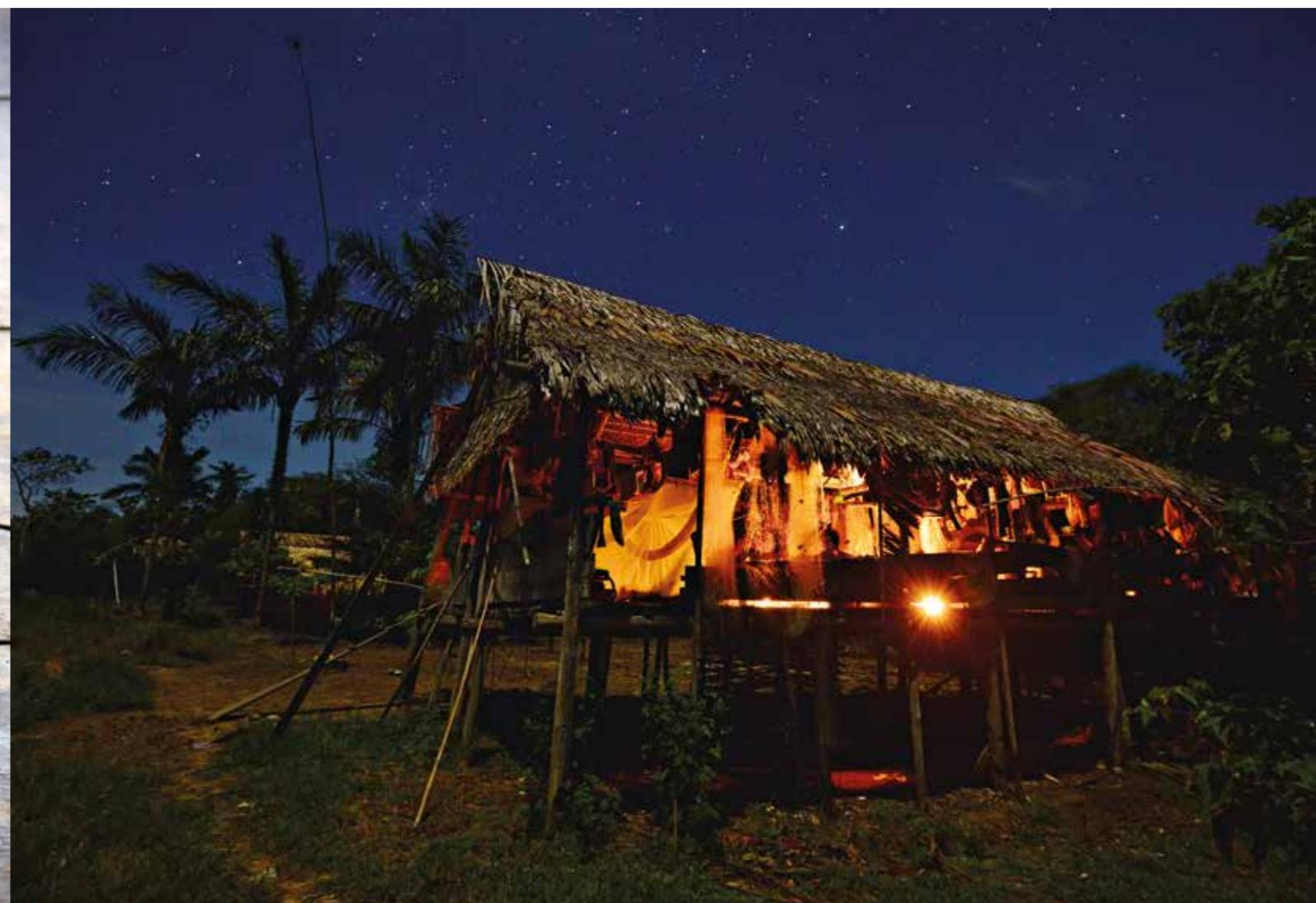
Passando diversos dias em expedições no interior da terra Caititu, o povo Apurinã coleta castanha de referência na região do Médio Rio Purus. Nas páginas seguintes, a produção de um paneiro para carregar os ouriços no percurso.









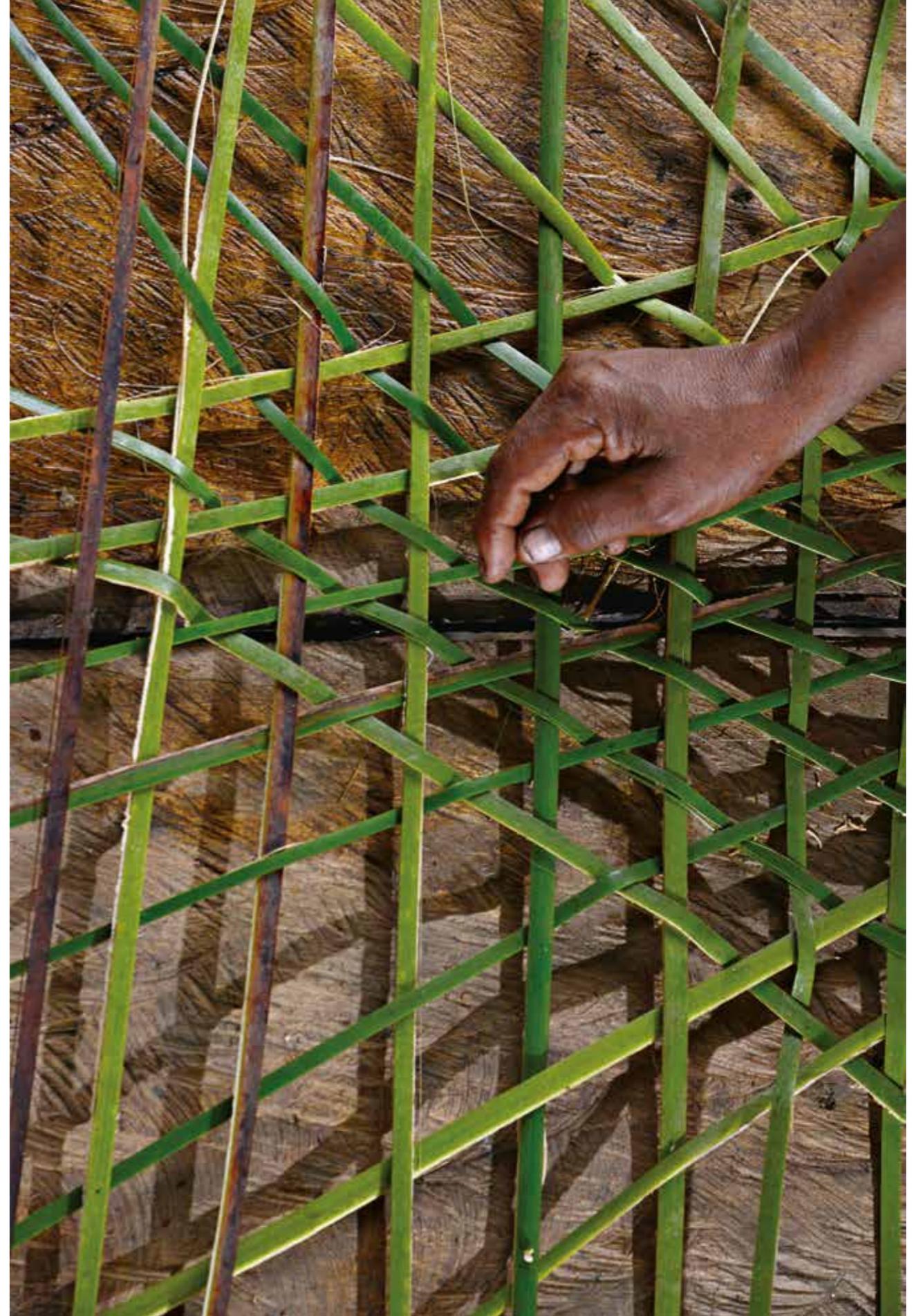


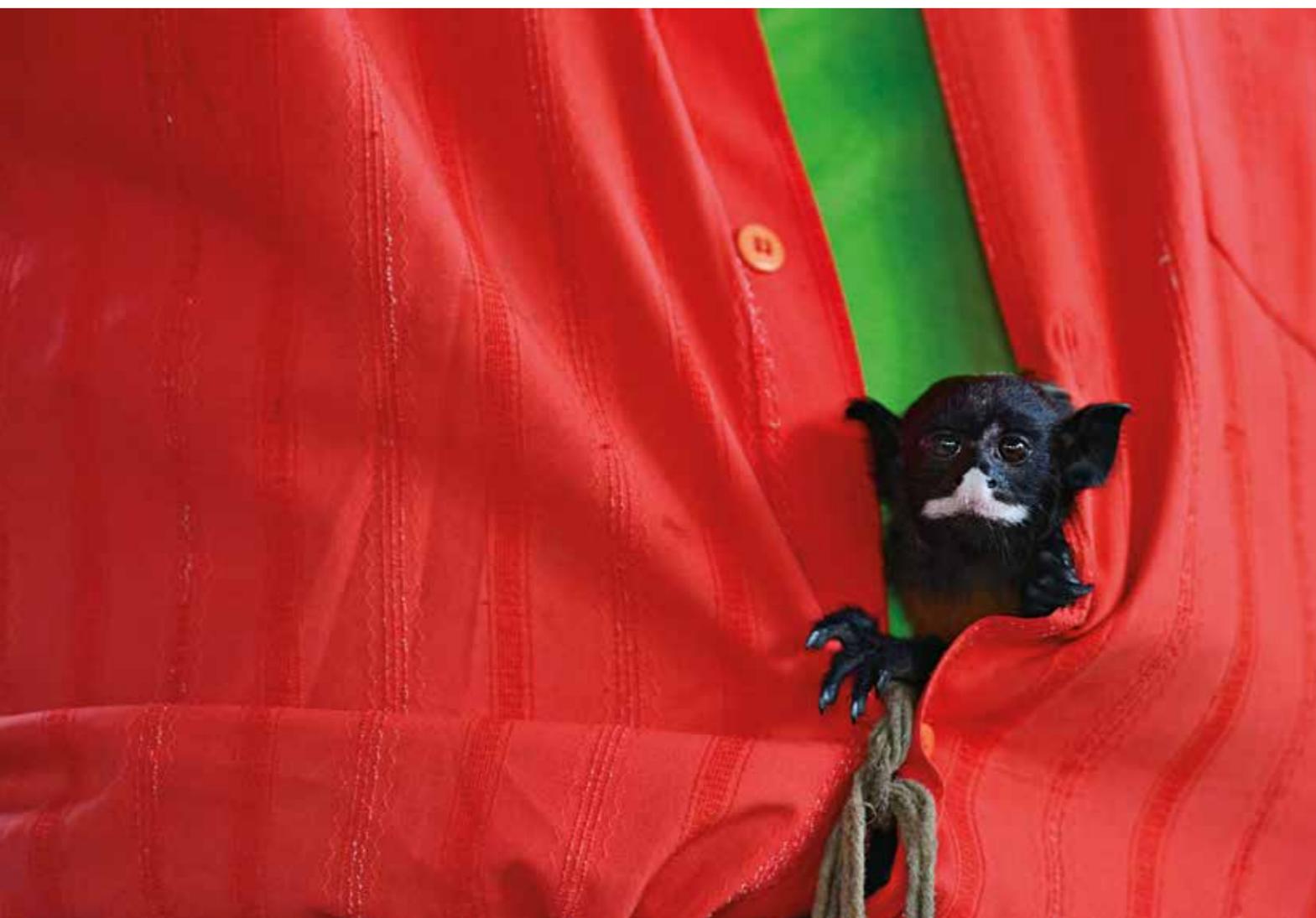
Acima, queima de casca de cupuçu para mistura da cinza no rapé Apurinã.





Produção de diferentes tipos de paneiro,
com diferentes tipos de palha e taquara.





Nas páginas seguintes, unidades de sistemas agroflorestais (SAFs) dos Apurinã.
Áreas antes degradadas da terra estão sendo substituídas por enorme diversidade
de tubérculos, frutas, castanhas e outros alimentos.





DENI





DENI

COM ALEGRIA CARACTERÍSTICA, O POVO DENI DO MÉDIO RIO JURUÁ (AM) MANTÉM SEMPRE SUAS práticas de gestão territorial, acertando os caminhos pela paciência e cuidados marcadamente coletivos. Para chegar ao momento em que estão hoje, os Deni passaram por um longo processo de lutas até conquistarem maior autonomia e o reconhecimento oficial de seu território.

Ao longo de décadas, a extração do látex da seringa, a exploração madeireira e o comércio ilegal de peles de animais, permeou a vida deste povo, em relações econômicas desiguais e predatórias. A economia do aviamento a qual estiveram submetidos no sistemas dos seringais, que abrangeu grande parte da região amazônica, impunha a desestruturação de atividades tradicionais, como seus rituais, festas e a agricultura, promovendo o endividamento dos indígenas e a dependência em relação aos patrões para a comercialização da produção e acesso a itens básicos de consumo.

A exploração predatória dos recursos naturais e da força de trabalho se somaram aos diversos surtos epidêmicos, comuns em situação de contato entre povos indígenas e a sociedade envolvente.

Após 15 anos desde a primeira iniciativa do governo brasileiro para a identificação da sua terra, no início dos anos 2000 os Deni passaram a pressionar o Estado por meio da autodemarcação de seu território. Após anos de lutas, finalmente em 2004 houve a homologação da Terra Indígena Deni.

Aos poucos, passado o período da exploração predatória dos recursos naturais e a presença de não indígenas em seu território, os Deni voltaram a se dedicar aos roçados e a viver



suas tradições. Para manter a conservação e a qualidade de vida de suas aldeias e de toda a área, começaram a fazer vigilância territorial e, anos depois, criaram a Associação do Povo Deni do rio Xeruã (Aspodex), que é uma representação efetiva e legítima dos Deni. A elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental fortaleceu ainda mais a autonomia dos indígenas ao contribuir com o estabelecimento de acordos coletivos para uso dos recursos do território.

No campo da gestão territorial, os Deni passaram a incorporar ao seu cotidiano novas estratégias de conservação e manejo dos recursos naturais. Neste processo, acordaram em atuar com o manejo de pirarucu, conhecendo o trabalho realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, a experiência do povo Paumari do rio Tapauá e dos moradores vizinhos, os comunitários da RDS Uacari.

Contam os Deni que o Ve'e (pirarucu) e sua irmã Mizuri (juriti) eram gente. Após uma grande epidemia todos os seus parentes morreram, o Ve'e foi ao cemitério e soprou o *shinã* (rapé), tirou a palmeira da pupunha e deu para eles. Todos ressuscitaram assumindo a forma do macaco cairara. No outro dia, os dois irmãos embarcaram em suas canoas junto com Idiku (mutum) e remaram... Idiku a todo o tempo saía voando da canoa e Ve'e, com raiva, o matou. Sua irmã não gostou, assumiu a forma do pássaro juriti e também saiu voando. O Ve'e chamou e chamou, mas ela não voltava. Foi aí que ele assumiu a forma de peixe pirarucu. Ele se pintou com urucum e ela com o breu. Hoje, quando o pássaro juriti canta, o pirarucu sobe à superfície para ver sua irmã.

Enquanto a história do Ve'e remete às dispersões dos grupos indígenas, e que em algumas versões corresponde às recorrentes epidemias que assolaram o povo, o manejo sustentável e participativo do pirarucu realizado atualmente pelos Deni do rio Xeruã – e o consequente aumento do estoque pesqueiro – é associado à retomada da autonomia sobre o território tradicional decorrente do processo de demarcação e homologação da Terra Indígena.

Assim, começaram a desenvolver as etapas desta atividade: a vigilância dos lagos – fortalecendo a proteção da terra Deni- , a contagem de pirarucu para acompanhar o crescimento da quantidade de peixes, o etnozoneamento dos ambientes aquáticos e, em 2016, a primeira pesca experimental de 10 peixes. Somente após oito anos desde o primeiro monitoramento populacional do pirarucu os Deni iniciaram a pesca de peixes para a comercialização.



Tabaha Kuniva Deni com pintura para festa do pirarucu, a Festa do Ve'e.

Após diversas reuniões entre as aldeias, os Deni optaram por direcionar todo o recurso obtido com a comercialização do pirarucu para a associação Aspodex, que tem a responsabilidade de gerir projetos comunitários definidos em assembleia anual do povo.

Para fortalecer ainda mais a gestão do território, os Deni têm apostado em alianças entre eles e as comunidades extrativistas do entorno, incluindo aquelas localizadas na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá e a RDS Uacari. Estas parcerias favorecem a gestão integrada das áreas protegidas do Médio Juruá, potencializando ações de proteção e conservação do território.

O jeito Deni de viver na terra está intimamente ligado às relações estabelecidas entre os seres humanos e não humanos que a constituem. Os rituais, festas, brincadeiras, atividades de caça, pesca, coleta e agricultura recriam e alimentam a cada dia estas ricas e sagradas relações.











Na página seguinte, Chico Paumari, que colaborou com o povo Deni em seu manejo de pirarucu, rema no lago da RDS Uacari, vizinha à terra indígena.











Acima, Vabishi Varasha Deni demonstra o uso de uma zarabatana.
Ao lado, Timazuri Varasha Deni tenta arpoar um pirarucu.



Pinturas para a tradicional Festa do Ve'e, cujo momento áureo é a dança por toda madrugada, na página seguinte.





OPAN: EQUIPE DO PROGRAMA AMAZONAS

Coordenador

Gustavo Falsetti V. Silveira

Coordenador de campo

Leonardo Kurihara

Indigenistas

Diogo Henrique Giroto

Magno de Lima dos Santos

Antonio Miranda de Andrade Neto

Renato Rodrigues Rocha

Auxiliares de logística

Carlos Rodrigues Araújo

Francisco Pinheiro de Souza

Antonio das Chagas de Paula

Comunicação

Dafne Spolti

Coordenação Executiva

Vinícius Benites Alves

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Equipe do setor administrativo

Jonia Teresinha Fank

Ariane Proença Alves Chagas

Lucirlene Pereira da Silveira

Luiz Antonio Maciel Rocha

Juliana Vieiera da Silva

Mariana Ferreira da Silva

Débora Maria Vicente Chagas Araújo

Daniel Luid Campos

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Petrobras e ao Programa Petrobras Socioambiental pelo patrocínio ao projeto Raízes do Purus.

Aos gestores do projeto Raízes do Purus pelo excelente acompanhamento ao trabalho.

À equipe e aos membros da OPAN, sempre cuidadosos na orientação conjunta da atuação indigenista ao longo de 50 anos.

A Adriano Gambarini e a Douglas Kenji Watanabe, Maria Mariutti e Leticia Moura, do Conjunto 31, pela produção do livro Raízes.

Aos povos indígenas Paumari, Apurinã, Jamamadi e Deni, a quem dedicamos este trabalho.



RAÍZES

CONCEPÇÃO

Operação Amazônia Nativa – OPAN
Gamba Produções e Imagens

DESIGN

Douglas Kenji Watanabe
CJ 31 Comunicação e Design

TEXTOS

Dafne Spolti
Diogo Henrique Giroto
Gustavo Falsetti V. Silveira
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Magno de Lima dos Santos
Renato Rodrigues Rocha
Vinícius Benites Alves

MAPA / DESENHO ORIGINAL

Vinícius Benites Alves

ILUSTRAÇÃO DO MAPA

Maria Mariutti
CJ 31 Comunicação e Design

FOTOGRAFIAS

Adriano Gambarini

REVISÃO

Leonardo Kurihara
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Gustavo Falsetti V. Silveira

EDIÇÃO DE IMAGEM

Adriano Gambarini

TRATAMENTO DE IMAGEM

Ipsis

DIREÇÃO DE ARTE / PROJETO GRÁFICO

Letícia Moura
CJ 31 Comunicação e Design

IMPRESSÃO

Ipsis Gráfica e Editora

Dados internacionais de catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o ISBD

G188r Gambarini, Adriano

Raízes / Adriano Gambarini. - Cuiabá : OPAN, 2019.
176 p. : il. ; 21cm x 25cm.

Inclui índice.
ISBN 978-85-67133-24-9

1. Povos indígenas. 2. Gestão territorial. 3. Gestão ambiental.
4. Cadeias de valor da sociobiodiversidade. 5. Amazônia. I. Título.

17.10756
2019-1181

CDD 306.08918.11
CDU 304.2(811.3)

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

índices para catálogo sistemático:

1. Pantanal : Cultura regional e preservação da natureza :
Onças-pintadas : Registro fotográfico 778.9

